

# Projeto Reescritas de decisões judiciais em perspectivas feministas

## Sínteses de Reescritas Estrangeiras

Elaboração: Sabrina Galvonas Leon<sup>1</sup>

**Livro: FEMINIST JUDGMENTS: From Theory to Practice (Rosemary Hunter, Clare McGlynn and Erika Rackley)**

### Caso *R v Zoora (Ghulam) Shah*

Tema: Direito Penal e Provas

#### **1. Sobre o caso**

O tema central do caso *R v Zoora (Ghulam) Shah* é a admissibilidade de novas provas em sede de recurso, dentre as quais constam depoimentos de violência doméstica e laudos médicos da condição mental da acusada no momento do crime.

A apelante do caso, Zoora Shah, é uma mulher muçulmana, nascida no Paquistão, que mudou-se para o Reino Unido em meados da década de 1970. Em 17 de Abril de 1992, Shah matou seu companheiro de longa data, Mohammed Azam, por envenenamento, tendo sido presa alguns dias depois sob as acusações de falsificação de documentos, assassinato por encomenda, tentativa de homicídio e homicídio doloso. Após cumprir parte da pena que lhe havia sido imposta, a acusada tentou recorrer ao Tribunal de Recursos (*Court of Appeal*) com novas provas. Diante disso, passou-se a discutir a admissibilidade destas novas evidências e a possível conversão da modalidade dolosa para a culposa na condenação da ré.

A tese sustentada pela acusação era de que Zoora teria matado Azam após inúmeras tentativas frustradas de colocar o título do imóvel do casal em seu nome. De acordo com esta tese, a motivação do crime teria sido exclusivamente a cobiça da acusada pelo patrimônio de seu companheiro.

#### **2. A decisão original**

O primeiro julgamento do caso aconteceu em dezembro de 1993 perante o Tribunal Real da cidade de Leeds (*Leeds Crown Court*), na Inglaterra. Naquele momento, Zoora Shah não quis apresentar provas em sua defesa, confiando sua tese exclusivamente aos relatos de sua família e de membros da comunidade asiática com quem convivia. Não foi difícil para

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito da USP (FD-USP) e estagiária do projeto “Reescrevendo Decisões Judiciais em Perspectivas Feministas”, coordenado pela Professora Fabiana Severi da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP).

que, tão logo, o Tribunal aceitasse a tese premeditada apresentada pela acusação e condenasse Shah por todos os crimes que lhe foram imputados, resultando em uma pena mínima obrigatória de 20 anos.

Alguns anos depois, em 1998, a acusada tentou recorrer da decisão original. Em nova audiência, Shah confessou ter matado Mohammed Azam, porém o fez como uma confissão de culpa por homicídio culposo em virtude de sua condição mental no momento do crime. Com base nas novas evidências apresentadas, a ré falou pela primeira vez de sua vida como vítima de violência doméstica, condição que ela vinha sofrendo desde seu primeiro casamento e que teve continuidade em seu relacionamento com Azam. Contudo, para que o recurso fosse levado à júri, as novas provas precisavam ser acatadas pelo Tribunal Real.

A priori, a admissibilidade de novos fundamentos em sede de recurso deve observar as condições exigidas pela seção 23 do *Criminal Appeal Act* (1968), tais como a presença de uma explicação razoável do porquê aquela prova não fora apresentada anteriormente e se ela se mostra “convincente” ao Tribunal. No caso em questão, o Tribunal Real rejeitou as novas provas trazidas pela defesa sob a justificativa de que estas não cumpriam os critérios mencionados.

### **3. Características da reescrita**

A reescrita elaborada pelas autoras Samia Bano e Pragna Patel teve como ponto central a argumentação favorável à admissão das novas provas apresentadas pela defesa. A partir de uma perspectiva médica, cultural e social do caso, as autoras expuseram os motivos pelos quais as novas evidências deveriam ser aceitas e como isso influenciaria de maneira significativa na sentença de Shah.

A reescrita foi estruturada em torno dos critérios de admissão de novas provas que o Tribunal Real utilizou como justificativa para negar o recurso. Observa-se que as quatro condições impostas pela seção 23 do *Criminal Appeal Act* (1968) para admissão de novas provas são: a) as novas provas devem ser convincentes; b) a Corte deve considerá-las relevantes para eventuais mudanças na decisão original; c) devem referir-se a assuntos que já foram levantados na decisão original; e d) deve haver uma explicação razoável do porquê estas provas não foram levantadas anteriormente<sup>2</sup>. No decorrer do texto, Bano e Patel atravessam cada um destes itens, consolidando uma argumentação favorável à admissão das novas evidências.

---

<sup>2</sup> **Tradução livre.** Texto original: “23. (2) *The Court of Appeal shall, in considering whether to receive any evidence, have regard in particular to—*

- (a) *whether the evidence appears to the Court to be capable of belief;*
- (b) *whether it appears to the Court that the evidence may afford any ground for allowing the appeal;*
- (c) *whether the evidence would have been admissible in the proceedings from which the appeal lies on an issue which is the subject of the appeal; and*
- (d) *whether there is a reasonable explanation for the failure to adduce the evidence in those proceedings.”*

Em um primeiro momento, as autoras tratam da credibilidade das novas provas ao apresentar uma linha cronológica com as adversidades enfrentadas por Zoora nos anos em que esteve no Reino Unido e como estas a levaram à Mohammed Azam. Em 1972, a acusada - que à época tinha dezenove anos - saiu do Paquistão e veio ao Reino Unido com a promessa de um casamento arranjado. Durante esta união, Shah sofreu diversos abusos por parte de seu cônjuge, todavia, assim como muitas vítimas de violência doméstica, ela não chegou a denunciá-lo formalmente - em parte porque não falava inglês muito bem e porque estava com medo da repercussão que isso teria na família de seu marido. Cerca de dez anos depois, seu companheiro a abandonou por uma mulher mais jovem e Shah, grávida de seu terceiro filho, foi despejada da casa em que vivia.

A acusada encontrava-se completamente desamparada - sem casa ou dinheiro, grávida e com dois filhos doentes - quando conheceu Mohammed Azam, um homem casado que lhe ofereceu ajuda para comprar um imóvel. A casa foi comprada no nome de Azam, mas não demorou para que Shah pagasse sua dívida e quitasse suas pendências com o comprador. Entretanto, o que se seguiu foi que Azam passou a exigir favores sexuais de Shah, forçando-a a manter relações com ele sempre que lhe fosse conveniente.

Nos anos seguintes, a relação entre ambos foi marcada por inúmeros abusos e ameaças de despejo por parte de Azam. Em meio a tantas complicações, Shah tentou falsificar os documentos do imóvel para transferi-lo ao seu nome, porém não obteve sucesso. Em seguida, em um movimento de desespero, contratou um assassino de aluguel para matar seu ex-companheiro, o que, mais uma vez, não funcionou. O desfecho dessa longa narrativa marcada por violências das mais diversas foi o envenenamento de Azam em abril de 1992, quando Shah colocou uma dose fatal de arsênio (um semimetal tóxico) em sua comida.

As autoras chamam a atenção para o peso que esfera cultural teve neste caso. Segundo elas, as decisões tomadas por Shah devem ser interpretadas à luz da cultura asiática na qual ela estava inserida. A realidade de mãe solo era vista como “desonrosa” para sua família, o que dificultava a busca por parceiros para suas filhas e o auxílio que poderia ter recebido se fosse mais respeitada dentro de sua comunidade. Bano e Patel destacam que é difícil para uma corte inglesa compreender a realidade de muitas mulheres que vivem em culturas nas quais sua principal fonte de legitimidade enquanto pessoa é o casamento. Isso envolve dizer que, vivendo fora de uma relação matrimonial, estas mulheres têm pouco ou nenhum poder (ou respeito) dentro da comunidade.

Não se trata, todavia, de utilizar a cultura de Shah como uma “desculpa” para sua absolvição, mas sim de entender os eventos e o contexto que a levaram a agir desta forma. Tratam-se de atos automaticamente tidos como absurdos e injustificáveis aos olhos de uma cultura distinta, tal como a inglesa, mas que podem ser melhor compreendidos se analisados sob a óptica dos costumes nas quais a autora estava inserida. Os episódios descritos já são, por si só, de extrema violência. Entretanto, se somados aos padrões culturais em questão, tomam proporções ainda mais devastadoras.

A narrativa traçada pelas autoras também revela que a acusada sofreu mais de um episódio de overdose e uma tentativa de aborto, o que reforça a tese de que ela encontrava-se mentalmente doente quando o crime ocorreu. Somado a isto, as novas evidências trazidas pela defesa incluíam relatórios de psiquiatras, dos clínicos gerais e servidores sociais de Shah, além de novas testemunhas que descreviam nitidamente a condição mental que vinha sendo enfrentada por ela há tempos. Se tais provas fossem admitidas e o júri acatasse a tese em questão, Shah responderia pelo crime como semi-imputável, tendo sua responsabilidade reduzida.

De forma geral, observa-se que a principal estratégia adotada pelas autoras foi deslocar a perspectiva dos fatos para a realidade de uma mulher muçulmana que vinha sofrendo agressões sexuais e psicológicas por parte de seu companheiro há anos. Vale mencionar que, em momento algum, Bano e Patel utilizaram seus argumentos como fundamento para a plena absolvição de Shah. Não se tratava de um movimento em prol da impunidade de crimes como falsificação de documentos e homicídio que foram, de fato, executados pela acusada. O grande diferencial da reescrita foi a apresentação dos fatos dentro do contexto no qual estavam inseridos, bem como a ponderação de elementos culturais e médicos de extrema relevância que inicialmente foram desconsiderados.

#### **4. Resultados**

Em 2000, a instituição *Southall Black Sisters* liderou uma campanha para que o caso fosse analisado pelo chefe de justiça inglês à época (e presidente do Supremo Tribunal), Lord Bingham. A demanda foi acatada e o caso foi apreciado pelo presidente junto com as novas provas, levando o mesmo a proferir uma sentença divergente daquela emitida pelo Tribunal de Recursos. Por recomendação de Bingham, a pena obrigatória mínima de Zoora Shah foi reduzida de 20 para 12 anos e, em 2006, ela deixou a prisão.

Apesar do sucesso da campanha empreendida, comentaristas do caso acreditam que o Tribunal de Recursos inglês cometeu inúmeras falhas no julgamento do caso. Críticos apontaram que, da forma como o processo foi coordenado, o direito da ré a um julgamento sem discriminação de sexo, raça, cultura e religião foi completamente inviabilizado.